



A Evocação à História como Estratégia de Referencialidade no Jornalismo¹

Eliza Bachega CASADEI²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

A partir da constatação do expressivo número de reportagens que fazem menção a fatos históricos para falar de temas da atualidade nas revistas informativas semanais, o presente artigo busca discutir a remissão à história enquanto uma estratégia de referencialidade no jornalismo. Tentaremos mostrar como a História funciona como um mobilizador de sentidos que reforça os efeitos de verdade na construção narrativa das notícias, reforçando os efeitos de ancoragem do discurso jornalístico. Ao ser posicionada enquanto discurso constituinte, a história efetiva o apagamento do autor na narrativa e, ao se configurar como o discurso de um outro, funciona como uma citação que está na esfera do não-eu, operando, neste ato mesmo, o apagamento da pessoa passional do jornalista e a sua substituição por uma entidade objetiva.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; história; revistas; estratégias de referencialidade; efeito de real.

INTRODUÇÃO

“A missão primordial de uma revista semanal de informação é organizar os fatos de modo que o leitor possa entender a realidade de forma coerente, contextualizada e útil para a vida dele”. Foram com essas palavras que a revista *Veja* iniciou um editorial publicado na edição de 02/03/2011 que, na sequência, enfatizava a importância crescente deste tipo de mídia em épocas de internet. Isso porque “ocorre que o rumor, a versão e o fato desfrutam na internet a mesma prioridade. Entre os múltiplos poderes da rede não está o de filtrar, classificar, verificar e hierarquizar as informações”. E, por fim, concluía que “o mundo é complicado e, a cada semana, VEJA se esmera em descomplicá-lo para você” (VEJA, 02/03/2011, p. 11).

É bastante comum encontrarmos editoriais como este que exemplificam um fenômeno que, para Itzhak Roeh (*apud* TRAQUINA, 2005, p. 17), é o “mais impressionante no jornalismo ocidental, tanto na práxis como na teoria: a fé metafísica obstinada e conservadora de que a linguagem é transparente”. Em outras palavras, editoriais que retratam uma crença profissional que se recusa a situar a profissão no

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 12 a 14 de maio de 2011.

² Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e professora dos cursos de Comunicação Social do Complexo Educacional FMU. É mestre em Ciências da Comunicação e bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, ambos pela Universidade de São Paulo (ECA-USP). É autora dos livros “Palavras proibidas: pressupostos e subentendidos da censura teatral” (Bluecom, 2008) e “Saiu da História para entrar nas revistas: enquadramentos da memória coletiva sobre Getúlio Vargas em *Veja*, *Realidade* e *Time*” (E-Papers, 2009). Email: elizacadei@yahoo.com.br.



contexto onde esta pertence, isto é, “no contexto de expressão humana, da atividade expressiva. É a recusa de lidar com a escrita das notícias por aquilo que é na essência – contar ‘estórias’”, criando mesmo uma ilusão de correspondência imediata entre o texto e a “realidade”.

As estratégias de referencialidade utilizadas neste sentido já foram trabalhadas por muitos autores, de maneira que, Resende (2005), por exemplo, chega a afirmar que o discurso jornalístico epistemologicamente reconhecido – ou seja, aquele que está “envolto no real e na verdade como referentes, além de trazer a imparcialidade e a objetividade como operadores” (RESENDE, 2005, p. 8) – está sempre sujeito a um determinado e padronizado modo de narrar os acontecimentos (expostos nos próprios manuais de redação) que legitimam as regras que produzem estes efeitos de verdade.

O que Resende (2005, p. 9) chama a atenção, portanto, é para o fato de que ao jornalista “são ‘oferecidos’ condicionantes que regulam e delimitam o seu campo de atuação”, de maneira que os jornalistas “portam-se como senhores-sabe-tudo — não necessariamente porque assim se sintam ou porque assim o queiram — mas por terem suas falas legitimadas por estratégias textuais que regem o enunciado que eles construirão”.

Partindo dessas premissas, o objetivo do presente artigo é estudar uma das estratégias de referencialidade no jornalismo que tem recebido pouca atenção por parte dos pesquisadores da área da comunicação e que expressam, de uma maneira geral, as interfaces presentes entre o jornalismo e outras áreas do conhecimento: a evocação à História. Tentaremos mostrar como, embora a história também se configure enquanto construto simbólico ligado a estruturas do imaginário, ela funciona como um poderoso mobilizador de sentidos que reforçam os efeitos de verdade do jornalismo na construção narrativa das notícias.

Investigaremos a forma como - apesar do intenso debate entre historiadores que colocou as representações do passado em seu lugar enquanto produto da linguagem e das formas pelas quais o homem imprime sentido ao mundo - o jornalismo parece olhar a história a partir de um ponto de vista distinto, olhar este também embebido em uma ilusão referencial. Discutiremos como o recorrente recurso dos jornalistas ao discurso histórico parece funcionar como uma estratégia que reforça ou incrementa a “referencialidade” do discurso jornalístico, como, se a partir desta evocação do passado, o jornalismo também pudesse se revestir destes privilégios do aconteceu.

De fato, a quantidade de textos jornalísticos que citam fatos históricos em suas



narrativas é bastante significativa. A partir de um levantamento que fizemos nas revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*, pudemos perceber que elas publicaram, juntas, no ano de 2009, um total de 6.489 matérias. Destas, 4.423 faziam menção a algum evento anterior ao ano de 1995 – ou seja, que havia acontecido ao menos quinze anos antes da veiculação da reportagem –, o que corresponde a 70% dos textos. Se podemos afirmar que, sem dúvida, esses dados mostram como o passado funciona como um poderoso articulador de sentidos para o presente, podemos explorar, também, quais são os efeitos outros que eles engendram nas narrativas jornalísticas – sendo o seu funcionamento enquanto estratégia de referencialidade um dos mais marcantes entre eles.

A CONSTRUÇÃO DE MUNDOS NO JORNALISMO E NA HISTÓRIA

Para Adriano Duarte Rodrigues (1990), a notícia deve ser entendida como um meta-acontecimento discursivo ou, em outras palavras, como “uma espécie de acontecimento segundo, provocado pela própria existência do discurso jornalístico”. Sendo o acontecimento aquilo que “irrompe acidentalmente à superfície dos corpos como reflexo inesperado, como efeito sem causa, como puro atributo”, o sufixo “meta” da expressão (“para além de”) escancara o fato de que o acontecimento jornalístico sempre será uma espécie de redescritção, de forma que, ao divulgar o fato, sempre se acaba criando um outro na própria tessitura da narrativa.

A partir desta noção, o acontecimento jornalístico poderia ser posto mesmo como um conjunto de “artefatos linguísticos que procuram representar determinados aspectos da realidade e resultam de um processo de produção e fabrico onde interagem diversos fatores” (SOUSA, 2002, p. 13).

Esta noção de que o jornalismo se estrutura enquanto discurso e enquanto narrativa e que, exatamente por estar imerso na produção linguageira, diz sempre respeito a uma construção (que de modo algum se mistura com o real), é trabalhada por muitos autores. É neste sentido que Verón (1995, p. II) coloca que “os acontecimentos sociais não são objetos que se encontram já feitos em alguma parte da realidade e cujas propriedades e transformações nos são dados a conhecer de imediato pelos meios com maior ou menor fidelidade. Eles só existem na medida em que esses meios o elaboram”.

E é por isso que “não há nenhum sentido em falar de acontecimentos em si; só se pode falar de acontecimentos sob descrição” (CHARAUDEAU, 2006, p. 103). Isso evoca o fato de que o acontecimento jornalístico se configura apenas após a passagem por um processo *evenemencial*, ou seja, por um por um mecanismo que, conforme



Charaudeau, transforma os acontecimentos que podem ter alguma ancoragem no mundo físico em outra coisa que não uma mera adequação imagética ao referente, na medida em que sua significância depende de um sujeito que interpreta o mundo.

Uma vez que o jornalismo não pode nunca ser separado da construção de uma escrita – entendida, aqui, como uma organização de significantes em torno de um evento que conduz da prática ao texto (CERTEAU, 2008) - os artefatos jornalísticos estão mesmo sujeitos a uma determinada estruturação do discurso. Como coloca Certeau, a produção de textos sempre parte de uma combinação bastante específica entre uma *semantização* – ou a “edificação de um lugar de sentidos” – e uma *seleção*, de forma que possa ser ordenada uma *inteligibilidade* por meio de uma *normatividade*.

Algo bastante parecido com isso também é dito a respeito das representações da História. Hayden White, por exemplo, parte da noção de que também o passado só pode ser apreendido através das estruturas da narrativa e do discurso. Para este autor, dificilmente poderíamos pensar a representação historiadora tal como àquela que é posta pela metáfora de uma maquete, de um mapa ou de uma fotografia. Isso porque é errôneo pensar que podemos verificar a adequação do modelo ao referente olhando para o original e aplicando algumas regras necessárias de tradução.

As narrativas históricas, para White, acabam por representar algo para além de sua mera adequação à veracidade de um acontecimento decorrido. Elas não são apenas modelos de acontecimentos e processos passados, “mas também afirmações metafóricas que sugerem uma relação de similitude entre esses acontecimentos e processos e os tipos de estória que convencionalmente utilizamos para conferir aos acontecimentos de nossas vidas significados culturalmente sancionados” (WHITE, 1994, p. 105). Isso implica dizer que as narrativas históricas não dizem respeito apenas a uma reprodução de acontecimentos, mas sim, a uma construção que envolve tanto o historiador quanto os códigos socialmente compartilhados. E isso remete à noção de que as narrativas históricas também não são mais do que *artefatos verbais*.

As fronteiras entre narrativas ficcionais e históricas são esfumaçadas por White a partir da noção de que a distinção mais antiga entre ficção e história, na qual a ficção é concebida como a representação do imaginável e a história como a representação do verdadeiro, deve dar lugar “ao reconhecimento de que só podemos conhecer o *real* comparando-o ou equiparando-o ao *imaginável*” (WHITE, 1994, p. 115).

Trata-se de um ponto de vista amplamente aceito e mesmo um historiador bastante tradicional como Edward Hallet Carr (2002, p. 47) afirma que “é comum dizer



que os fatos falam por si. Naturalmente isso não é verdade. Os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena, e em que ordem ou contexto”. Para o autor, o *status* de um determinado acontecimento enquanto acontecimento histórico dependerá sempre de um problema de *interpretação*.

E é neste sentido que, embora seja bastante comum a utilização da metáfora da montagem de um quebra-cabeça para representar o trabalho do historiador, essa imagem é bastante infiel para os problemas do trabalho histórico. A problemática da reconstituição do decorrido não está tanto ligado a lacunas que precisam ser preenchidas, mas sim, a questões mais vastas ligadas a um conjunto de camadas de pré-determinações de sentido que foram sendo construídas ao longo do tempo. Assim, “a história que nós lemos (...) embora baseada em fatos, não é, para dizer a verdade, absolutamente factual, mas uma série de julgamentos aceitos” (CARR, 2002, p. 50).

A fidelidade com os fatos que estas histórias engendram, portanto, são postas como uma promessa, um voto e, como tal, podem ser traídos ou cumpridos. Mais do que isso: seu cumprimento ou traição está sujeito mesmo a estruturas imaginárias que regem nosso relacionamento com o mundo. Na história e no jornalismo, como aponta Ricoeur (2007, p. 502), “a originalidade deste voto é que ele consiste não em uma ação, mas em uma representação retomada numa sequência de atos de linguagem” e, nesta condição, esse desejo pode ser entendido como uma reivindicação, como uma pretensão, mesmo que marcada por uma aporia primeira que estaria posta na representação presente de uma coisa ausente.

A sujeição à narrativa e a estruturação enquanto discurso, no entanto, não são as únicas características a serem compartilhadas tanto pelo jornalismo quanto pela história. Muito embora ambos sejam artefatos discursivos, a outra característica que une essas duas formas de construção de mundo é justamente uma constante e renitente tentativa de negação deste estatuto. Enquanto o jornalismo tenta se refugiar em noções vagas de objetividade, neutralidade e transparência, a História também faz uso alguns artifícios para, se remetermos aos termos de Barthes, se revestir dos privilégios do Aconteceu. Tanto o discurso da História quanto o discurso do jornalismo, portanto, tentam criar uma ilusão de correspondência imediata entre o acontecimento e a representação, de forma que a última possa se confundir com o próprio real.

Estruturadas em torno dessa vontade de encontrar o real nos eventos, existem algumas particularidades e algumas estratégias próprias das narrativas referenciais que buscam assegurar este pacto – ou, ao menos, engendrar uma ilusão referencial de que



ele está sendo cumprido. Seguindo o pensamento de Roland Barthes, podemos ver que essas estratégias são, por vezes, comuns à literatura e às narrativas com pretensões realistas (como o jornalismo e a história). Para Barthes (1988), o discurso se reveste de determinadas características que, ao tomar o princípio do “aconteceu” como um princípio suficiente da fala, geram um efeito de realidade que passa a ilusão de encontrar um real que apenas representa.

Pela perspectiva de Barthes, este “efeito de real” é obtido porque a realidade se apresenta nos discursos referenciais como um significado informulado, protegido pela onipresença aparente do referente. Em resumo, ele é possível porque o discurso realista se constrói em torno: (1) do mascaramento do sujeito da fala, que cria a impressão de que a história se conta sozinha; (2) do estatuto assertivo do discurso, que toma o ter sido das coisas como princípio suficiente de sua veracidade e (3) da fusão do referente e do significado (enquanto estrutura imaginária) em virtude do referente que, revestido dos privilégios do “aconteceu” acredita encontrar o real que representa.

Essas estruturas discursivas – que tentam revestir os acontecimentos dos privilégios do aconteceu - são muito comumente encontradas no jornalismo. Os chamados rituais de objetividade – que visam garantir que esta vontade imaginária de real se cumpra – transbordam para a narrativa de forma que o texto jornalístico é, normalmente, um texto sem um autor demarcado. O narrador jornalístico, como coloca Motta (2008), narra sempre como se a real estivesse lá fora apenas esperando para ser contado, operando a partir de uma desobjetivação do relato. Assim, o jornalista utiliza uma série de recursos linguageiros que procuram camuflar seu papel como narrador, apagando a sua mediação. “É um narrador que nega até o limite a narração. Finge que não narra, apaga a sua presença. Faz os fatos surgirem no horizonte como se estivessem falando por si próprios” (MOTTA, 2008). Como tentaremos mostrar posteriormente, o uso da História é também uma estratégia para o apagamento deste sujeito que fala.

O sujeito do enunciado se confunde com o sujeito da enunciação, de forma que a enunciação é subordinada ao enunciado. Trata-se, o tempo todo, de construir uma ideia de que a enunciação se resumiria a uma mera técnica (RESENDE, 2005). Da mesma forma, os enunciados possuem sempre um estatuto assertivo e, a partir dessa ilusão de conjunção entre o referente e o significante, todo o discurso jornalístico também tenta se revestir o tempo todo dos privilégios do aconteceu.

Uma vez que a própria noção de objetividade se estrutura enquanto estratégia argumentativa, o estatuto assertivo do jornalismo é trabalhado a partir de expressões que



criam a impressão de atualidade, de referenciais geográficos e de expressões de autoridade que dissimulam a mediação e acabam se configurando como uma forma de legitimar a própria prática. Estatísticas, mapas, infográficos, ilustrações são outros mecanismos que criam a ideia de um calçamento no real e de uma empiricidade na fala.

Como coloca Motta (2008), mecanismos simples como a utilização de dêiticos são responsáveis por construir grandes campos de referencialidade, uma vez que demarcam o tempo e o lugar da enunciação criando, assim, as condições de unicidade do ato de fala. Mais do que isso, criando também os lugares e o estatuto dos interlocutores na relação.

Isso posto, gostaríamos de olhar mais detidamente, portanto, a forma como esses campos de referencialidade, para além dessas estratégias, também são construídos a partir da evocação ao dado histórico.

O JORNALISMO E AS ESTRATÉGIAS DE REFERENCIALIDADE A PARTIR DOS USOS DA HISTÓRIA

Dentre as várias estratégias que evidenciam essa busca pela referencialidade dentro do texto jornalístico, a recorrência a terceiros tem um estatuto privilegiado. O discurso do outro sempre teve uma importante função legitimadora na imprensa e ajuda a criar a impressão de que há uma polifonia de vozes no texto, de forma que o jornalista possa se apresentar como um mero coletor de evidências. “Em princípio, a função do discurso citado no texto jornalístico concerne à garantia dos efeitos de realidade e, sobretudo, de objetividade e de imparcialidade” (MOURA, 2006, p. 72).

Este discurso de um outro introduzido por meio de uma citação – que atua ao “retirar um material já significativo de dentro de um discurso para fazê-lo funcionar dentro de um novo sistema significativo” (MAINGUENEAU, 2002, p. 125) –, como coloca Maingueneau, é uma maneira hábil, porque indireta, de se introduzir uma opinião com uma aparência objetiva, uma vez que é um terceiro que assume o dito – terceiro esse muitas vezes ligado a uma posição de autoridade. O narrador aparece como um não-eu remetendo ao entendimento de que uma determinada asserção é verdadeira porque não é o próprio narrador quem a diz.

Se o recurso à fala de um terceiro é um importante procedimento que engendra uma ilusão referencial dentro dos textos jornalísticos, a remissão à História funciona mesmo como um outro possível a quem se pode fazer referência. Para entendermos isso, é necessário explorar algumas características do discurso histórico e a relação que ele



próprio também estabelece com um outro – relação esta bastante diferente daquela que é posta pelo jornalismo.

A construção do discurso histórico, para Michel de Certeau, não pode ser separada de uma estrutura mais ampla que marca toda a inteligibilidade da cultura ocidental moderna: o fato de que os saberes se instauram em uma relação com o outro. Isso significa dizer que ela “desdobra uma problemática articulando um saber dizer a respeito daquilo que o outro cala” (CERTEAU, 2008, p. 15).

Assim, da mesma forma que um médico transforma o corpo do paciente em um quadro legível (e, portanto, traduzível em linguagem), tal qual um código que pode ser decifrado, tal como um cadáver mudo exposto ao olhar que exige uma leitura especializada, a história opera o mesmo mecanismo com a memória. “Uma mutação análoga se produz quando a tradição, corpo vivido, se desdobra diante da curiosidade erudita em um corpo de textos”. Assim, “estas duas heterologias (discursos sobre o outro) se constituíram em função da separação entre o saber que contém o discurso e o corpo mudo que o sustenta” (CERTEAU, 2008, p. 15).

E é por este motivo que o autor enfatiza a noção de que a historiografia nada mais faz do que fornecer túmulos escriturários para os mortos do passado, sendo que “a única pesquisa histórica do ‘sentido’ permanece, com efeito, a do Outro”. O tratamento que ela dá a estes mortos, no entanto, é também bastante específico, na medida em que ela pretende, ao mesmo tempo, “compreender e esconder com o ‘sentido’ a alteridade deste estranho ou, o que vem a ser a mesma coisa, acalmar os mortos que ainda frequentam o presente” (CERTEAU, 2008, p. 14).

A própria divisão da história em períodos – como Idade Média, Idade Moderna, etc. – já marca a diferença e efetiva a decisão de ser um outro ou de, no mínimo, não ser mais o que havia sido até o momento. Este novo que emerge acaba por atestar aquilo que o precedeu como morto e receber um passado já marcado por rupturas anteriores. “Logo, o corte é o postulado da interpretação (que se constrói a partir de um presente) e seu objeto (as divisões organizam as representações a serem reinterpretadas)” (CERTEAU, 2008, p. 15).

Este outro, enquanto um objeto de saber mudo, não nos diz a respeito das origens ou do começo das coisas como forma de explicação do presente. Seu ponto de partida é sempre inverso: ele parte de determinações presentes e a atualidade é sempre o seu começo real. A historiografia, ao representar esse passado do qual se distingue, portanto, acaba por fazer uma triagem dos fatos de forma que devem ou não ser



lembrados como forma de obter uma inteligibilidade para o presente.

É por isso que o ato de escrever sobre o passado é “encontrar a morte que habita este lugar, manifestá-la por uma representação das relações do presente com o seu outro e combatê-la através do trabalho de dominar intelectualmente a articulação de um querer particular com forças atuais” (CERTEAU, 2008, p. 22).

Mais do que isso, no entanto, estão postas em sua operação, “as permanências ocultas” e “as rupturas instauradoras” que formam um amálgama, marcando uma relação ambígua com o passado que representa. Isso porque, se por um lado, a noção de um passado que já está acabado marca uma relação de identidade por diferenciação – a partir da suposição de uma ruptura que transforma uma tradição em um objeto do passado, em um outro – o corte se dá apenas por separação, de forma que não há uma eliminação efetiva.

Assim, “se, por um lado, a história tem como função exprimir a posição de uma geração com respeito às precedentes, dizendo: ‘eu não sou isto’, acrescenta sempre, a esta afirmativa, um complemento não menos perigoso, que faz uma sociedade confessar: ‘eu sou outra coisa além daquilo que quero e sou determinada por aquilo que denego” (CERTEAU, 2008, p. 56). A partir deste jogo entre dependência e autonomia o discurso histórico é ao mesmo tempo sua representação e seu reverso.

Essa questão é retomada por Veyne quando ele afirma que o interesse social pela história está calcado no fato de que ela trata de civilizações exóticas e de objetos trazidos pelas escavações que são tão curiosos e surpreendentes quanto os aerólitos. O interesse por uma civilização como a romana, por exemplo, está posta porque “entre os romanos e nós um abismo foi cavado pelo cristianismo, pela filosofia alemã, pela revolução tecnológica, científica e econômica, por tudo o que compõe nossa civilização. E é por isso que a história romana é interessante: faz-nos sair de nós mesmos e obrigamos a explicitar as diferenças que nos separam dela” (VEYNE: 1983, p. 11).

Ao contrário do jornalismo, portanto, que remete a um outro como forma de legitimar o seu texto, a História *já é a representação de um outro* (um outro que não o presente), de forma que este outro alude, ao mesmo tempo, a um corte e a uma dívida. O jornalismo usa a história, portanto, porque ela se configura como *um destes outros* a quem se pode fazer referência para *afirmar seu estatuto referencial*.

Obviamente que se trata de um efeito ilusório, pois a história também está sujeita às estruturações do discurso e da narrativa. Trata-se, no entanto, de um estatuto camuflável, uma vez que o próprio discurso histórico remete às suas próprias ilusões



referenciais. A forma como o jornalismo a olha, no entanto, é distinta e a História assume mesmo um lugar de autoridade, ligado a um outro que legitima uma posição.

Além de engendrar a própria fala como a fala de um outro, a citação de fatos da história nas narrativas jornalísticas também diz respeito a uma estratégia referencial na medida em que efetiva o apagamento do autor dentro da narrativa – estratégia esta que cria a impressão de que o acontecimento se conta sozinho. Ao se configurar como o discurso de um outro, a história funciona mesmo como uma citação que está mesmo nesta esfera do não-eu, de forma que é algo externo ao jornalista que se apresenta como o produtor da fala, operando, neste ato mesmo, o apagamento da pessoa passional do jornalista e a sua substituição por uma entidade objetiva.

Existem outros elementos que também precisam ser levados em consideração. O recurso à fala de um terceiro nas narrativas jornalísticas, de uma maneira geral, pode funcionar tanto como forma de respaldar um determinado posicionamento, como também para rejeitá-lo. No caso das narrativas citadas provenientes da história, no entanto, essa relação não está posta e o dito assume mesmo uma posição de veracidade. Vejamos como.

O julgamento epistêmico, como coloca Charaudeau (2006, p. 49), pode se estruturar a partir de duas noções diferentes que são *os valores de verdade* e *os efeitos de verdade*. O primeiro, embora não seja necessariamente de ordem empírica, “se realiza através de uma construção explicativa elaborada com a ajuda de uma instrumentação científica que se quer exterior ao homem (mesmo que seja ele quem a tenha construído), objetivante e objetivada, que pode definir-se como um conjunto de técnicas de saber dizer, de saber comentar o mundo”.

Os efeitos de verdade, por sua vez, são diferentes na medida em que estão mais ligados aos valores da crença do que da experimentação. Relacionada à subjetividade do indivíduo em sua forma de compartilhamento social, esta noção se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo, na medida em que “diferentemente do valor de verdade, que se baseia na evidência, o efeito de verdade se baseia na convicção e participa de um movimento que se prende a um saber de opinião”. E é por isso que “o que está em causa aqui não é tanto a busca por uma verdade em si, mas a busca por ‘credibilidade’, isto é, aquilo que determina o ‘direito à palavra’ dos seres que comunicam e as condições de validade da palavra emitida” (CHARAUDEAU, 2006, p. 49).

Tanto o discurso da história quanto o discurso do jornalismo são construídos a partir de valores e de efeitos de verdade, em diferentes níveis. Devemos considerar, no



entanto, que se a História – entendida como uma prática científica – tende mais para a construção de suas matrizes de verdade presumida a partir dos valores de verdade; o jornalismo tende a calcar seus textos em efeitos de verdade.

Nesta linha de argumentação, Meditsch (1997) defende que a imprensa estrutura o seu verdadeiro a partir da mediação e da elaboração de um conhecimento do senso comum. E isso significa que o conhecimento jornalístico “é frágil, enquanto método analítico e demonstrativo, uma vez que não pode se descolar de noções pré-teóricas para representar a realidade”. Seu ancoramento está, portanto, em outras bases, sendo menos rigoroso e formal do que as práticas das ciências humanas em geral. Este ancoramento está justamente ligado ao estabelecimento de um campo (limitado) de embate de ideias. Diz respeito, portanto, fundamentalmente a este saber de opiniões, embora recorra constantemente aos valores de verdade como forma de representar o mundo.

Ao fazer remissão a discursos científicos como a História, é como se o jornalismo pudesse também tomar para si um pouco mais deste estatuto ligado ao valor de verdade. É como se a História – assentada como prática do saber – pudesse emprestar ao jornalismo um efeito de referencialidade maior, uma vez que ela está mais ligada a esta autoridade de comentar o mundo a partir de técnicas empíricas. Neste sentido, a remissão a fatos do passado funciona não apenas como a fala de um outro, mas, mais do que isso, como a fala de outro que é acreditado em uma esfera científica, como um campo de saber legitimado, ligado a uma posição de autoridade.

Esta posição de autoridade ocupada pela história enquanto campo de saber não é nada banal e não é de se admirar que ainda na França do século XV os historiadores recebessem uma pensão do rei e que o seu ingresso na Academia Real das Inscrições e Belas Letras estivesse submetido a uma permissão real que deveria atestar seus “bons costumes e probidade reconhecida” (DOSSE, 2003).

Como bem aponta Certeau (2008, p. 76), “antes de dizer o que a história *diz* de uma sociedade, é necessário saber como *funciona* dentro dela”. É este lugar ocupado o que permite e o que proíbe, de forma que a sua credibilidade está sujeita mesmo a este jogo de possibilidades. E assim, “a história se define inteira por uma *relação da linguagem com o corpo* (social) e, portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe, seja à maneira do lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto outro (passado, morto) do qual se fala”.

E, dentro deste espectro social mais amplo – apesar das discussões dos historiadores em torno do estatuto essencialmente imaginário da narrativa –, o lugar



particular de onde a história fala está mesmo revestido dos privilégios do aconteceu, de forma que suas postulações se estruturam sob um valor de verdade – valor este que é constantemente aproveitado pelo jornalismo como um dado.

Em outros termos, podemos dizer que o lugar ocupado pela História dentro de um universo de discursos é aquele Maingueneau (2008, p. 37-38) chama de discursos constituintes, ou seja, aqueles que têm como característica a de “não reconhecer outra autoridade além de sua própria, de não admitir quaisquer outros discursos acima deles”. Trata-se de discursos que dão sentido aos atos da coletividade na medida em que, como exemplifica o autor, um jornalista ocupado de uma determinada temática irá recorrer à autoridade do historiador ou do cientista, mas o inverso dificilmente ocorre. É neste sentido que os discursos constituintes preponderam sobre as outras falas e “não reconhecem discursividade para além da sua e não podem se autorizar senão por sua própria autoridade”.

Ele assume, portanto, um papel de autoridade em relação a outros corpos de textos e acaba por forma-lhes o conteúdo e o direcionamento de sentidos. Essa noção está relacionada mesmo com o *ethos* que determinada prática discursiva assume em uma sociedade, de forma que há um investimento imaginário do papel ocupado por ela e “o enunciador é percebido através de um ‘tom’ que implica certa determinação de seu próprio corpo, á medida do mundo que ele instaura em seu discurso” (MAINGUENEAU, 2008, p. 53).

Tomando como pressuposto o fato de que nos discursos constituintes há constituição “precisamente na medida em que um dispositivo enunciativo funda, de uma forma que é de certa maneira performativa, sua própria existência, fazendo como se extraísse essa legitimidade de uma Fonte da qual ele seria apenas a encarnação (o Verbo revelado, a Razão, a Lei, etc.)” (MAINGUENEAU, 2008, p. 54), a História pode ser alocada neste lugar na medida em que ela parece fundar o Passado.

Dentro das narrativas jornalísticas, portanto, ela já está assegurada dentro deste papel da verdade, como um discurso que fornece conteúdo e molda os entendimentos da estória contada. É como se houvesse, a partir de menções e citações, uma repartição de sua autoridade. É como se ela funcionasse como uma prova de verdade³.

³ Como exemplo deste mecanismo descrito, poderíamos citar inúmeras reportagens que utilizam dados históricos na sua composição narrativa. É o caso, por exemplo, da comparação feita por *Carta Capital*, a respeito das justificativas de Roberto Micheletti para tomar o poder em Honduras: “qualquer semelhança com Pinochet será mera coincidência” (CARTA CAPITAL, 07/10/2009: 28). Ou, ainda, na reportagem sobre as manifestações no Irã, cujo possível aumento da violência por parte do governo, segundo a revista *Época*, “seria um desfecho ao estilo chinês, que em 1989 ordenou o massacre de estudantes na Praça da Paz Celestial, para acabar com manifestações pela democratização do



É necessário considerar dentro desse quadro a questão de que também as provas de verdade no discurso jornalístico são de ordem imaginária e estão relacionadas aos valores dessa comunidade interpretativa.

Em suma, as representações dos fatos do passado engendradas pelas narrativas históricas operam a passagem, de acordo com Paul Ricoeur (2007), de uma cena traumática para uma cena simbólica. As expectativas sociais coordenadas em torno desta narrativa, no entanto, muitas vezes ignoram seu caráter essencialmente imaginário e colocam o discurso da História como um outro capaz de realizar o desejo de imparcialidade, tal como um juiz. “A razão é que os papéis respectivos do historiador e do juiz, designados por sua intenção de verdade e de justiça, os convidam a ocupar a posição do terceiro em relação aos lugares ocupados no espaço público pelos protagonistas da ação social”. Este papel é importante na medida em que “um desejo de imparcialidade está ligado a essa posição de terceiro”, mesmo que esta se apresente “sob o signo da impossibilidade de um terceiro absoluto” (RICOEUR, 2007, p. 330). E é neste sentido que a História pode assumir, nas narrativas jornalísticas, o papel deste outro, ligado a uma posição de autoridade, que legitima o dito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro dessa perspectiva, podemos entender que a dupla ausência dos discursos históricos (uma delas que é posta pela sua dependência com a linguagem e a outra alocada na condição de decorrido do referente), muitas vezes é relegada em proveito de um efeito de real e de uma ilusão referencial. Quando inseridas nas narrativas jornalísticas, essas remissões à história funcionam mesmo como um lugar de verdade, sendo que, nas narrativas das revistas semanais, essa verdade adquire alguns contornos ainda mais específicos.

Para entendermos isso é necessário deixar claro com qual tipo de jornalismo estamos lidando, ou seja, com o jornalismo das revistas interpretativas, que contém algumas características bastante particulares em suas construções. Elas dizem respeito a algumas questões aludidas nas falas seguintes.

Na comemoração de aniversário dos 40 anos da revista *Veja*, no dia 02 de Setembro de 2008, Roberto Civita afirmou categoricamente que a função da revista,

país” (ÉPOCA, 22/06/2009: 100). *Veja*, ao explicar por que somente as eleições não garantem uma democracia, coloca que “Hitler, Mussolini, Saddam Hussein e Hugo Chávez foram eleitos pelo povo” (VEJA, 17/06/2009: 93). Nestes três casos, como em inúmeros outros, além de determinar os sentidos, o passado também funciona como esse terceiro que busca garantir a imparcialidade de um relato, exatamente por se constituir enquanto discurso constituinte.



desde seu início, era honrar o compromisso com seu público e que isso significava basicamente “informá-los corretamente, contar-lhes a verdade e opinar”. Da mesma forma, Mino Carta escreveu, no editorial da edição comemorativa de 15 anos de *Carta Capital*, que a ética da publicação estava alicerçada na máxima “opinião exposta sem meios-termos” (CARTA CAPITAL, 27/05/2009, p. 13).

Estamos lidando, portanto, com um jornalismo essencialmente opinativo.

A partir do que colocamos até o momento, podemos pensar que, como o discurso histórico é construído a partir de uma ilusão referencial - que acredita encontrar o real que representa a partir dos privilégios do “aconteceu” – sua inserção nas narrativas jornalísticas criam um efeito de sentido tal como se ele se constituísse como este terceiro imparcial de que nos fala Ricoeur. É como se o discurso histórico, a partir de todas as suas características que foram descritas anteriormente, se posicionasse como uma testemunha insuspeita em meio a dois fenômenos suspeitos: o próprio acontecimento do presente noticiado de um lado (enquanto não transparente) e o jornalista (que está inserido em um tipo de jornalismo explicitamente opinativo).

Este efeito de sentido, obviamente, pode ser desmobilizado a partir da noção de que, assim como as narrativas jornalísticas, o discurso histórico não passa de uma construção. Isso explica, no entanto, o fato de que, apesar de os dados históricos inseridos apresentarem, em algumas ocasiões, informações redundantes em relação à narrativa mais ampla da reportagem, eles são utilizados, não obstante isso, em um número bastante grande de textos.

Ao ocupar a posição deste terceiro, o discurso da história inserido nas narrativas jornalísticas colabora, portanto, com esta construção de efeito de sentido de imparcialidade. Assumindo um papel formador para outros discursos, a história funciona, nas narrativas jornalísticas, como o lugar que “pretende delimitar, com efeito, o lugar-comum da coletividade, o espaço que engloba a infinidade de ‘lugares-comuns’ que aí circulam” (MAINGUENEAU, 2008, p. 39). E assim, eles se colocam em um papel de permanente reatualização através de sua reinscrição repetitiva em outros enunciados escritos em contextos diferentes.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.



- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- DOSSE, François. **A História**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise de discurso**. Campinas: Pontes, 2002.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação**. São Paulo: Parábol Editorial, 2008.
- MEDITSCH, Eduardo. “O jornalismo é uma forma de conhecimento?”. Porto: **BOCC**, 1997.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. “Análise pragmática da narrativa jornalística”. In LAGO, Cláudia, BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MOURA, M. B. **Os nós da teia: desatando estratégias de faticidade jornalística**. São Paulo: Annablume, 2006.
- RESENDE, Fernando. “O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista”. **Livro da XIV Compós**. Rio de Janeiro, 2005.
- RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.
- RODRIGUES, Adriano. “O Acontecimento”. **Revista de Comunicação e Linguagens**, número 8, Lisboa, 1988.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.
- VERÓN, Eliseo. **Construir el acontecimiento**. Barcelona: Gedisa, 1995.
- VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- WHITE, H. **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1994.